

TERMO DE REVOGAÇÃO

A PREFEITURA Municipal de LIMOEIRO DO NORTE - CE, através do Ordenador de Despesas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo (SEINFRA), Francisco Jussier Baltazar Costa, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, resolve REVOGAR o presente feito, que tem por objeto a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE DIVERSOS VEÍCULOS, JUNTO AS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE - CE”**.

Inicialmente ressalta-se que a revogação está fundamentada no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal.

Tendo em vista razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, que tomou conhecimento durante os tramites do processo que a AUTORIZAÇÃO, foi dada somente pelo Ordenador de despesas da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo (SEINFRA) tendo em visto que no processo foram estabelecidas quantidades para as outras Unidades Gestoras, assim o ordenador mencionado não poderia AUTORIZAR ou ORDENAR os serviços a serem executados em tais unidades.

Conforme os apontamentos acima, em juízo de discricionariedade, levando em consideração a conveniência do órgão licitante em relação ao interesse público, é cabível a revogação do certame, conforme ensina Marçal Justen Filho¹, in verbis:

“A revogação do ato administrativo funda-se em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público. No exercício de competência discricionária, a Administração desfaz seu ato anterior para reputá-lo incompatível com o interesse público. (...). Após praticar o ato, a Administração verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promoverá, então, o desfazimento do ato anterior”.

Assim, verificado que o interesse público poderá ser satisfeito de uma forma mais adequada, incumbe ao órgão licitante revogar a licitação, como objetivo de sanar as incorreções apresentadas, para promovê-la de uma forma que atenda melhor inclusive os interesses das possíveis empresas interessadas. Portanto, com fulcro no art. 49, § 3º da Lei 8.666/93 c/c art. 109, I, “c”, dá-se ciência aos licitantes da revogação da presente licitação, para que, querendo, se possa exercer a ampla defesa e o contraditório, no prazo de 05(cinco) dias úteis.

Limoeiro do Norte - CE, 28 de Setembro de 2017.



Francisco Jussier Baltazar Costa
Ordenador de Despesas da SEINFRA